

O MAPA CULTURAL DO RIO ANIL COMO INSTRUMENTO DE INTEGRAÇÃO URBANA E TRANSFORMAÇÃO ESPACIAL

Joana Barbosa Vieira Silva
NPGAU/UFMG
jovieirasilva@gmail.com

Carlos Frederico Lago Burnett
UEMA
fredlburnett@gmail.com

1. Apresentação:

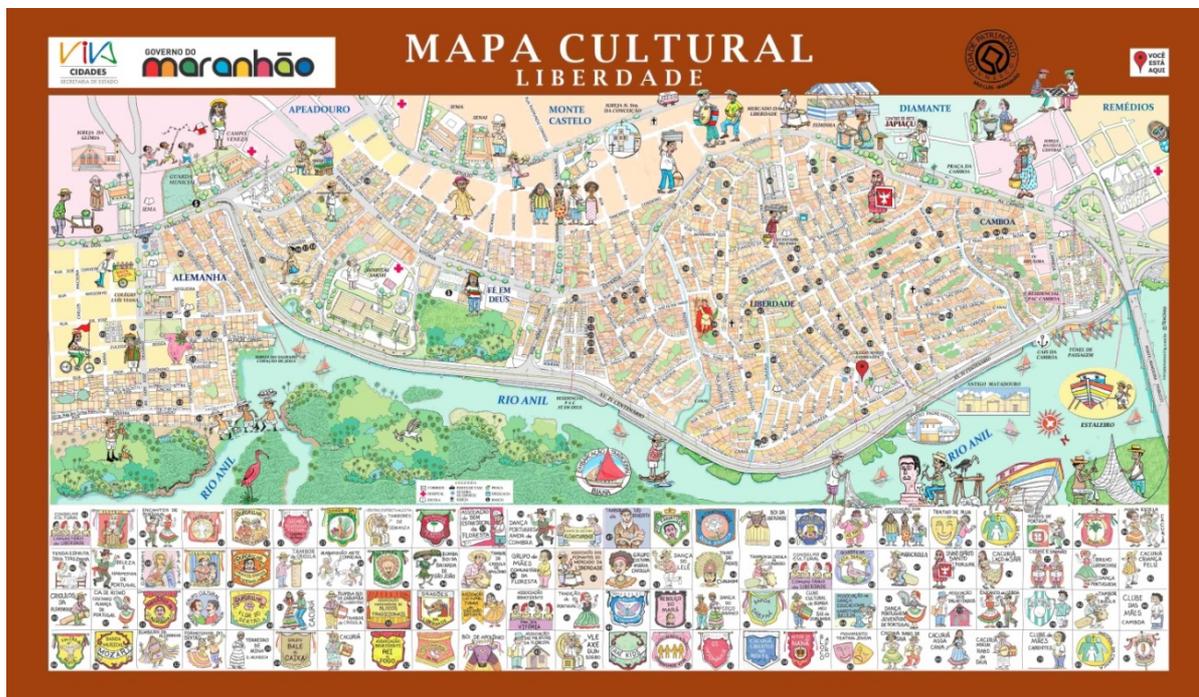
Ser radical é necessário, mas não algo incompatível com uma postura pragmática.
Marcelo Lopes de Souza

A proposta de sistematização da experiência partiu da participação institucional na gestão do programa PAC Rio Anil, em determinado momento do seu desenvolvimento. As reflexões desenvolvidas a respeito do potencial do mapa e do papel dos técnicos foram influenciadas também pela recente participação no I Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas¹ que ajudou a definir os principais argumentos para este ensaio. Por um lado, contribuiu para reafirmar evidências das especificidades do PAC Rio Anil no próprio contexto nacional e por isso reforçou a convicção da pertinência e das potencialidades do mapa cultural, assim como o interesse pela sua discussão; por outro, tornou patente uma certa separação – e por vezes contradição - entre o discurso dos técnicos representantes de órgãos públicos gestores e os acadêmicos e projetistas independentes. Enquanto os primeiros analisavam os projetos de um ponto de vista mais quantitativo e positivista, que revelava algum distanciamento da realidade concreta, os segundos assumiam posições críticas por vezes intransigentes, demarcando-se claramente dos “técnicos públicos”.

Acreditamos que as posições não são, nem podem ser, definitivas e por isso é fundamental uma crítica articulada que integre as várias dimensões do problema, - num compromisso entre “a radicalidade crítica e o pragmatismo realista” (Souza, 2001) - considerando sempre a capacidade de transformação e a possibilidade criativa, mesmo dentro dos limites impostos pela estrutura da administração pública. Se sabemos que essa estrutura é

¹ O I Urbafavelas realizou-se entre 13 e 15 de Novembro na Universidade Federal do ABC, em São Bernardo do Campo, onde apresentamos o artigo: “O espaço da ciência e da técnica na urbanização de assentamentos precários: uma análise da gestão do PAC Rio Anil em São Luís, Maranhão”.

limitadora e muitas vezes os argumentos técnicos são preteridos por decisões “políticas” ou as alterações de projetos equivocados ou processos ineficazes são impossibilitadas por imposições burocráticas, insistimos nas possibilidades críticas dos quadros técnicos do poder público enquanto agentes criativos. Para isso, apresentamos o mapa como exemplo de uma pequena abertura, de um deslocamento para a autonomia e para um trabalho colaborativo com a comunidade, dentro de um programa com um percurso atribulado e nem sempre satisfatório no entendimento das peculiaridades socioculturais daquele território e no atendimento das necessidades mais autênticas da comunidade. Nesse sentido, o mapa é discutido aqui como uma brecha de atuação, como um exercício fértil e uma saída criativa (ou um desvio) que permitiu algum alívio da frustração perante a prática e o acompanhamento do processo. Ao mesmo tempo em que abre, para a comunidade, possibilidades de explorar de forma autônoma sua identidade, em um movimento de afirmação coletiva perante toda a cidade. Identificar estas frestas é um exercício delicado que requer insistência, mas é um exercício possível. Se elas nunca são a salvação redentora, evitam o esvaziamento do trabalho e contrariam a cultura da frouxidão que compõe os discursos sobre a atuação dos técnicos nos órgãos públicos (discursos muitas vezes incorporados pelos próprios).



2. Os Programas de Urbanização de Favela: os riscos de coerção da autonomia popular via institucionalização e da insistência numa abstração chamada “deficit habitacional”

O Brasil tem assistido recentemente à implementação de políticas de urbanização de favelas e à realização de programas habitacionais em escala sem precedentes, num país que convive historicamente com uma forte segregação urbana e socioespacial. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Minha Casa Minha Vida (MCMV) lançados, respectivamente, em 2007 e 2009 e ainda em curso, compreendem a urbanização de favelas e o incentivo à produção e à aquisição de casa própria para a população mais pobre.

Após um período de governo militar ditatorial e reconquista do direito de voto em 1985, um progressivo ânimo cívico culminou na integração institucional dos movimentos de reforma urbana. A Constituição de 1988, chamada de constituição cidadã, inaugurou a regulamentação de uma nova política urbana, reconhecendo “o direito à cidade”². Retomaram-se as discussões referentes à política habitacional, propondo a sua descentralização e a abertura à participação popular, numa redefinição do papel do Estado face à sociedade, que foi permitindo uma participação política crescente ancorada no conceito de “democracia participativa” e numa crítica à desigualdade espacial e exclusão urbana.

Neste contexto, o Ministério das Cidades, criado em 2003, ao mesmo tempo em que concentrou a tarefa de articular as políticas públicas urbanas e nível nacional, materializou a inclusão dos movimentos sociais como interlocutores na formulação de políticas públicas por meio dos conselhos municipais e estaduais e do Conselho Nacional das Cidades.

Entretanto, em face dos resultados observáveis e do rumo que tais programas tomaram, podemos analisar na realidade muitas situações que evidenciam a contradição dos seus princípios. Desde a sua criação, o PAC – UAP (Urbanização de Assentamentos Precários) e Saneamento alocou cerca de R\$ 29 bilhões em mais de 1000 intervenções para melhoramento das condições de habitabilidade de aproximadamente 2 milhões de famílias brasileiras (Denaldi, 2014, p. 8).

Para além destes números tão expressivos, o que temos assistido é uma centralidade do pensamento sobre a “unidade habitacional” que eliminará o “deficit”, resolvendo quantitativamente o problema - o próprio termo unidade habitacional revela o predomínio de um raciocínio mais quantitativo que qualitativo. Neste cenário, a questão da

² O Estatuto da Cidade, promulgado em 2001, é a lei federal que regulamenta o capítulo de Política Urbana da referida Constituição e resultou de novas interpretações do direito de propriedade, tendo instituído o princípio da função social da propriedade.

participação está cumprida pela sua inclusão institucional via conselhos e congressos, e os habitantes, futuros moradores da “unidade”, são avaliados dentro de uma lógica abstrata que poucas vezes considera as especificidades culturais e materiais dos seus modos de vida, num momento em que também eles vão perdendo a força de se organizarem enquanto coletividade de interesses partilhados. Arantes e Fix (2009) identificam no marketing do culto ideológico da “casa própria” um processo que opera no nível do imaginário e que conduz a um apaziguamento das lutas sociais e a um conformismo para com as estruturas de poder.

Em programas que incluem quase sempre grande quantidade de beneficiários, ou seja, centenas ou milhares de identificados “deficitários”, a solução é pensada considerando-os uma massa indefinida de “pobres urbanos”, pouco interessando as suas actividades produtivas, ocupações ou a composição familiar, uma vez que as habitações oferecidas são, via de regra, standardizações de “plantas prontas” com áreas mínimas e programas “genéricos”, em que os habitantes não participam nas escolhas tipológicas nem acompanham/integram as obras de construção.

Por outro lado, uma vez que a habitação é pensada fora da realidade concreta e de forma isolada, também não se integram as dimensões urbanas fundamentais. Se observada a materialização dos programas na dimensão do direito à cidade, constatamos que esses conjuntos habitacionais padronizados têm sido deslocados para áreas sem infraestrutura e serviços. De fato, um dos pressupostos dos programas é precisamente a dinamização da economia através da construção civil e da facilidade ao crédito para aquisição de casa própria, o que, na ausência de uma política de ordenamento do território e de controle do uso do solo, favorece naturalmente a especulação imobiliária e reproduz velhas lógicas de exclusão. Muitos estudiosos têm vindo a alertar para os resultados: que “deixam intocada a segregação urbana” (Maricato, 2009), que materializam a “funcionalização política da segregação socioespacial” (Burnett, 2009: p. 108), que “confundem política habitacional com política de geração de empregos na indústria da construção” (Rolnik e Nakano, 2009: p. 4), que revelam a “ratificação da prevalência do valor de troca sobre o valor de uso” (Arantes e Fix, 2009).

3. Programa PAC Rio Anil

3.1. As especificidades dos bairros: processo de formação

Considerando o referido contexto nacional, observamos que o PAC Rio Anil apresenta interessantes especificidades que, não obstante as dificuldades gerais de concretização do programa, justificam uma análise e discussão mais aprofundada.

Devido à combinação de características geográficas e territoriais com relações socioculturais particulares, entendemos que ali se foi construindo um espaço próprio e autônomo, mesmo estando muito próximo do centro tradicional - simbólico e administrativo - da cidade.

Os bairros onde se desenvolve o programa (Camboa, Liberdade, Fé em Deus e Alemanha) se originaram de diversas comunidades de palafitas estabelecidas numa área de manguezal, entre a linha férrea e o rio: “Isto tudo aqui era maré”, aludem os moradores locais à paisagem de igarapés que existiam no local e recebiam influência do regime de marés com dois ciclos diários e amplitudes que podem chegar aos 8 metros (Souza, 2005, p. 27), deixando a área temporariamente submersa. A denominação dos 4 bairros referidos é recente e se deve à separação natural do território pelos maiores canais de drenagem pluvial que ali permaneceram após graduais aterros, mas devido ao referido processo de ocupação que promoveu espaços descontínuos, existem múltiplos nomes de pequenos lugares conhecidos e afirmados pelos moradores até hoje, evidenciando longa cristalização de rivalidades entre as vizinhanças (Burnett e Silva, 2014).

A principal razão da fixação das comunidades se deveu à instalação de grandes fábricas como a pioneira Companhia de Fiação e Tecidos Maranhense, em 1890, junto da qual se fixaram os operários, cujas palhoças foram identificadas logo nos primeiros registros de habitações insalubres na cidade (Relatório de Saneamento e Profilaxia apud Sousa, 2006). Em 1918 foi inaugurado na região o matadouro, que originou o núcleo de povoamento do bairro que é hoje a Liberdade, enquanto a ocupação do bairro Alemanha está associada à chegada de franciscanos alemães e consolidou-se a partir de 1950, com a construção do Conjunto Habitacional Newton Bello. As facilidades de acesso à área, tanto por via marítima como ferroviária, determinaram ainda a fixação da Companhia Brasileira de Óleos e da Companhia Carioca de Óleos, estas já na década de 1940.

Ferreira Gullar quando, exilado na Argentina, escreve o Poema Sujo evocando a sua cidade natal, dedica 15 páginas a estes bairros que descreve como “a noite proletária”:

“a plataforma fumegante de cinzas e detritos da fábrica (...) a vida fechada dentro da lama (...) o rio que apodrece”.

A tradição de mobilização e luta coletiva por melhores condições de vida, característica dos bairros, é provavelmente derivada dessa origem operária. Mas há também referências à influência do missionário jesuíta italiano Giovanni Gallo³ que foi vigário na igreja de Santo Expedito e estimulou a organização popular e a formação de lideranças (Bertoldo, 2014).

Naquela área ribeirinha se localizavam vários pequenos portos informais, onde se descarregavam mercadorias e desembarcavam pessoas, os portos exclusivos das fábricas (que ligavam diretamente ao Rio de Janeiro, então capital do país) e ainda o porto do matadouro, onde chegavam as gambarras com os animais para abate.

No final dos anos 1960, quando todas as referidas indústrias estavam encerradas, se verificou um intenso êxodo rural motivado por conflitos no campo, que fez aumentar a população da área, agravando a exclusão social e aumentando as tensões pela falta de acesso a terra urbanizada.

Muitos habitantes terão ali desembarcado provenientes da baixada maranhense e da região de Alcântara, onde se situam comunidades identificadas como remanescentes de quilombos⁴. Há testemunhos dessas migrações até à contemporaneidade, com as pressões decorrentes da instalação da 1ª Fase do Programa Nacional de Atividades Espaciais, onde está o Centro de Lançamento de Alcântara, hoje denominado Alcantara Cyclone Space, que iniciou na década de 1980 e já ocupou mais de 8.700 hectares, forçando a migração para a capital, designada como “a cidade”, especificamente para os bairros da Camboa e Liberdade (Almeida, 2006, p. 7 e 156 e Braga, 2011, p.131). Estas constatações fundamentam a presença de vínculos com a cultura negra, numa vocação artística muito forte, com inúmeros grupos de bumba meu boi, tambores de crioula, cacuriá, tambores de mina e terreiros. No entanto, face à ausência histórica de estado, incluindo naturalmente segurança pública, o lugar foi sendo ocupado também pela marginalidade e o estigma de violência foi-se associando ao bairro que hoje é considerado pela opinião pública como dos mais violentos da cidade.

Uma das reivindicações das lideranças comunitárias é o reconhecimento da área como quilombo urbano. E foi precisamente por via da Secretaria de Políticas de Promoção da

³ Falecido no Pará em 2001, depois de impulsionar a fundação do Museu do Marajó, o padre jesuíta exerceu na comunidade da Floresta, bairro Fé em Deus, de 1970 a 1973. (Aires e Bragança, 2009).

⁴ Conforme levantamento contratado em 2008 pela SECID, cerca de 40% dos moradores (numa amostra de 589), tinha como local de nascimento a Baixada Maranhense (Silva, 2010).

Igualdade Racial (SEPPIR), através da interlocução direta, em 2005, com a secretária Matilde Ribeiro que o primeiro Projeto Rio Anil, inicialmente limitado a cerca de 300 palafitas do bairro Fé em Deus, começou a ganhar visibilidade institucional.

3.2. A implantação do PAC Rio Anil: metas e concepção

O programa Rio Anil surgiu como resultado dessa intensa pressão popular e partiu diretamente das lideranças locais que, após anos de luta e face ao imobilismo local, conseguiram, com a eleição de Jackson Lago para governador do Maranhão em 2007⁵, viabilizar o projeto através da referida SEPPIR, que manteve o seu apoio, e ainda do Ministério das Cidades. A proposta inicial ganhou força e foi então estendida aos bairros da Camboa, Liberdade e Alemanha. O projeto, aprovado em março de 2007, considerava a urbanização de uma área de cerca de 175 hectares e uma abrangência de 14500 famílias beneficiadas. Ainda que tenha sido assinado com cláusulas suspensivas devido à falta de elementos no projeto, as suas metas compreendiam 5 componentes principais:

.Construção de 2720 novas habitações para realojamento de famílias a serem removidas de palafitas;

.Realização de cerca de 6000 melhorias habitacionais;

.Regularização fundiária dos bairros com entrega de cerca de 10.000 títulos de propriedade;

.Urbanização com equipamentos urbanos (praças, centro cultural e mercado) e

.Construção de avenida beira-rio, que previa inicialmente 25Km e foi reduzida para cerca de 4Km devido ao elevado custo e complexidade técnica de uma obra viária sobre mangue.

O PAC Rio Anil previa então um prazo para concretização de 3 anos (de 2007 a 2010) e envolvia um orçamento de R\$ 371 milhões.

Hoje, decorridos mais de 7 anos e ainda por concluir, o projeto foi-se deparando com vários impasses e enfrenta dificuldades para cumprir suas metas. Em grande medida, esses problemas são resultado do planejamento débil, dos estudos socio-econômicos pouco precisos, dos projetos técnicos apressados, mas também de toda uma dinâmica de gestão com pouca experiência e sem tradição em intervenções de urbanização de assentamentos precários, que exigem o entendimento dessa peculiar e complexa realidade socio-espacial. Situação agravada, uma vez que o comando ficou a cargo do governo estadual (Secretaria das Cidades

⁵ A eleição de Jackson Lago, filiado no Partido Democrático Trabalhista e fortemente apoiado por movimentos populares, rompeu uma tradição de 40 anos em que o grupo aliado à família Sarney governou o Estado do Maranhão. Jackson tinha fortes vínculos com a área e enquanto prefeito de São Luís em três mandatos, apoiou várias obras de melhorias urbanas nos bairros, mas intervenções pontuais das quais não ficaram registros oficiais.

e Desenvolvimento Urbano do Maranhão - SECID) apesar de se tratar de uma obra com caráter e competências municipais ao nível da assistência básica à comunidade.

Durante o processo, a avenida, inicialmente justificada como forma de inibir novas ocupações na margem do rio, acabou centralizando as atenções, enquanto os argumentos de inclusão social e da identidade negra com forte vínculo territorial foram sendo substituídos pelo discurso da “mobilidade” (Notícia, 2012), sendo a avenida a única meta em fase de conclusão, com inauguração anunciada. No entanto, o avanço da obra viária foi inicialmente lento e descontínuo, pois dependia da remoção de núcleos de palafitas que existiam no seu alinhamento e que não podiam ser retiradas uma vez que os conjuntos habitacionais não estavam concluídos. Além disso, também o sistema de contenção se mostrava inadequado para área de mangue, o que obrigou igualmente a períodos de pausa. Períodos que favoreceram novas ocupações em áreas já aterradas e que a gestão contornou improvisando soluções transitórias de remoção, como a construção de vilas provisórias (primeiro containers metálicos, depois pequenas habitações em compensado de madeira, conhecidas como “casas pretas”) e a adoção do aluguel social, um recurso financeiro pago diretamente às famílias removidas.



Fotografia do centro de São Luís com a área de intervenção assinalada e imagem de satélite com a delimitação do projeto e a indicação das obras em curso. Fonte: SECID, 2011



Fotografia da área de intervenção quando se inicia a elaboração do mapa cultural. Fonte: SECID, 2011

3.3. A ideia do mapa no contexto do programa

O mapa cultural é decidido num momento em que o PAC Rio Anil acabara de sofrer uma profunda readequação, incluindo um novo projeto urbanístico entregue ao Ministério das Cidades e à Caixa Econômica Federal⁶ e mudanças radicais no sistema construtivo da avenida beira-rio⁷. A SECID contava o seu 3º secretário, que promoveu a reestruturação da própria gestão, incorporando a Unidade Executora Local (UEL) do programa dentro da sede da Secretaria⁸.

Até esse momento, tinham sido executados 540 m (dos 4 Km totais) de superestrutura da avenida, estando a sua continuidade dependente da remoção de palafitas

⁶ Esse novo projeto visava, entre outros, a redução de remoções e o fortalecimento da acessibilidade e da mobilidade, propondo a integração da avenida aos bairros e a manutenção de 621 famílias nas suas casas de alvenaria localizadas em terra firme – a proposta inicial, desenhada com base em imagens de satélite do Google earth, previa uma faixa de remoções que incluía várias casas nestas condições e propunha uma avenida sem conexões veiculares com os bairros, caracterizando-se como um anel viário que ignorava a própria área de intervenção.

⁷ A título de exemplo dos impasses relativos à falta de rigor do projeto face à complexidade da intervenção e à adequação com o contexto local, refira-se a substituição do sistema de contenção da avenida, que previa uma estabilização com aterro em paliçadas que eram constantemente desfeitas pelas marés e foi substituído pelo sistema de molhe em pedra granítica.

⁸ Face ao reduzido corpo técnico da Secretaria, que responde pela gestão da política habitacional em todo o estado, a UEL do PAC Rio Anil funcionava quase como uma assessoria externa em sede separada. Somente em 2011 esta se incorpora à estrutura do órgão e se articula com as secretarias-adjuntas, resultando num visível salto de qualidade no controle e planejamento.

construídas no seu alinhamento, e tinham sido entregues 512 unidades habitacionais, 288 no conjunto residencial Camboa e 224 no conjunto Monte Castelo.

Todos os conjuntos habitacionais seguiram o mesmo projeto arquitetônico de “blocos H” organizados em condomínios fechados: edifícios com 4 pavimentos e 4 apartamentos em cada pavimento (iguais, todos com 2 quartos), e com acesso através de escada comum central.

Relativamente às questões da fraca integração urbana e pobreza arquitetônica dos conjuntos, pouco podia ser feito e os técnicos davam seguimento a projetos e decisões já definidas, muitas vezes pressionados pela urgência das visitas relativas a problemas decorrentes das patologias construtivas dos edifícios ou da falta de urbanização das áreas comuns, ou mesmo das vistorias para confirmar a ausência de determinado morador, derivadas de denúncias, em um papel que se limitava, por vezes, à elaboração de relatórios técnicos e fotográficos.

Quando um incêndio consumiu parte das “casas pretas” (a referida vila provisória construída para famílias removidas de palafitas), o terceiro Conjunto Habitacional foi entregue inacabado – sem pavimentação, iluminação exterior e abastecimento regular de água - as reclamações se acumularam. O acompanhamento dos impasses que surgiam a cada dia evidenciava a distância entre as intenções e os resultados do programa, na medida em que muito ficava por cumprir quanto à “adequação” da unidade habitacional sobretudo no tocante à estrutura das relações sociais, produtivas e ambientais dos moradores. Ignorava-se o papel estratégico da palafita precária mas funcional:

“Sem custos com água, energia elétrica e fora de qualquer controle de uso e ocupação do solo, as palafitas são locais de comércio variado, oficinas das mais diversas, depósito de ferro velho, galpão de pescadores, criadouro de porcos, alojamento de animais de tração e até boca de fumo”. (Burnett e Silva, 2014: p. 9).

Palafitas e sede de grupo de bumba-meu-boi, antes das remoções. Fonte: SECID, 2012



4. O Mapa Cultural

Dentro deste contexto de falta de identidade entre as ações do Estado e as demandas das comunidades, a elaboração do mapa cultural pretendia ser um veículo de auto-reconhecimento dos moradores e divulgação e valorização das características identitárias presentes e reconhecidas na área perante toda a cidade, com o objetivo de consolidar a integração espacial e simbólica dos bairros para além das obras físicas em curso. Através do fortalecimento da identidade territorial pelo mapeamento das inúmeras associações e grupos culturais existentes, visava a disseminação dessa realidade artística que, em função do estigma de bairro violento, acabava por não ser tão visível nem conhecida na cidade.

As inúmeras manifestações e expressões artísticas associadas à cultura negra e ao sincretismo cultural e religioso com os seus calendários festivos são um exemplo de territorialidade, assim como o duradouro vínculo produtivo com o rio que ainda permite a pesca e permanece um meio de comunicação, com cais de chegada de madeira e carvão, e sustenta os barcos tradicionais à vela, as bianas, que também subsistem e justificam a continuidade das técnicas imemoriais de construção no estaleiro naval ali existente.

A ideia partiu da Secretaria-adjunta de Projetos Especiais que propôs a encomenda do serviço a um artista reconhecido por trabalhos idênticos feitos para o Centro Histórico de Recife, o Pátio do Colégio de São Paulo e a própria Cidade de São Luís⁹. São desenhos que enfatizam a apropriação dos espaços públicos e retratam com humor os habitantes e as atividades dos lugares.

⁹ Sobre o trabalho do designer Terciano Torres veja-se o artigo “Uma cidade como deveria ser: as gravuras de Terciano Torres retratam centros históricos de cidades brasileiras”, (Ghione, 2014) de Roberto Ghione, disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/14.164/5087>

4.1. Processo de elaboração do mapa: oficinas com escolas e mesas redondas com as lideranças comunitárias

Após um contato pessoal com a proposta, em visita a São Luís, o mapa foi elaborado pelo artista à distância, através de acompanhamento por email e envio de fotografias, ideias, ou correções, até porque se pretendia representar também o resultado das obras que estavam ainda em curso e que iam sofrendo adequações – como por exemplo a construção da passagem sob a avenida beira-rio que se implantava cerca de 2 metros acima do nível dos bairros não previa o acesso direto dos pescadores aos ancoradouros também previstos. Foi um diálogo exigente, através de elementos desenhados e escritos, em um processo que consolidou a convicção de que o mapa deveria ser desenhado com a participação da comunidade. Também pelo fato de ser uma interpretação artística e não possuir uma base cartográfica exata, era necessário comprovar junto à comunidade se os espaços públicos estavam bem representados. Apesar dos impasses do programa, a relação dos habitantes com a Secretaria se mantinha facilitada e direta, inclusive pela proximidade física entre a área de intervenção e a sede do órgão, que recebia diariamente diferentes grupos de moradores dos vários bairros.

Por outro lado, como muitas expressões culturais se relacionam com a cultura negra, propôs-se a parceria com a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPIR) e assim decidiu-se organizar mesas redondas com as lideranças das entidades e oficinas com as escolas locais.

A atividade intitulada “Meu Lugar” foi o projeto para realização de oficinas nas escolas municipais e estaduais dos bairros, com o objetivo de desenvolver a consciência espacial dos alunos, fomentando o protagonismo juvenil a partir da identidade étnico cultural e da territorialidade. As oficinas consistiram em discutir a evolução da cartografia e expor técnicas de leitura e interpretação de mapas. Também se pretendeu estimular a percepção espacial de cada aluno, discutindo os seus percursos casa-escola, que desenharam e comentaram, partindo depois para a apresentação, análise e atualização do mapa cultural. Promoveram-se ainda discussões sobre a situação presente e possíveis melhorias do bairro, onde constatamos que as características físicas não eram os principais problemas referidos, mas sim as dimensões simbólicas do território – como a imagem negativa associada à violência ou à conduta da polícia. As oficinas foram organizadas em parceria com a Fundação

Josué Montello, da Secretaria Estadual da Cultura, e orientadas por um geógrafo morador na área.

Oficina com lideranças comunitárias e mapa em elaboração. Fonte: SECID, 2013



Oficina na UEB Mário Andreazza, no Bairro da Liberdade. Fonte: SECID, 2013



4.2. A potencialidade de integração espacial

Enquanto arquitetos, acreditamos que “construções” não físicas podem ter um impacto real no espaço. Por isso consideramos o mapa um elemento com um grande potencial de transformação espacial, na medida em que constrói uma imagem do território sintetizada pelo ponto de vista das vivências e das apropriações, dos usos e do associativismo que, neste caso, são um forte atributo daquelas comunidades. Para além disso, o mapa podia transformar a imagem negativa que a cidade, induzida pela comunicação social, alimentava, e contrariar o discurso oficializado que automaticamente se serve da “encenação dos fatos mais espetaculares e muitas vezes mais superficiais” [Champagne in Bourdieu, 2003: p.255] e que encara o bairro precário como o lugar das carências. Essa caracterização pela negativa é própria de um discurso baseado nos parâmetros dos grupos sociais com maior poder, que acaba se confundindo com a produção dos discursos oficiais. Essas interpretações impõem-se não só aos enunciadores mas aos diretamente envolvidos, que são afetados pela interiorização de uma realidade, pois a legitimação possui “a força da evidência na medida em que se assemelha muito com o senso-comum” [Champagne in Bourdieu, 2003: p.255-256]. Sabemos que no discurso dos habitantes das favelas a auto-referência é geralmente positiva no sentido de pertença a uma comunidade, mas é negativa quando se refere à violência, ou à precariedade das habitações.

O registro de um aluno durante as oficinas denota o entendimento claro da força que podem ter as representações: “o bairro da Liberdade seria melhor se não tivesse essa fama do pior bairro do mundo”.

Nesse sentido, o mapa opera num tipo de discriminação positiva, não representa a favela pela ausência mas pela presença, pelas expressões culturais e artísticas que ali existem. E, apesar de contrariar o discurso dominante, ele obteve uma ampla difusão na comunicação social local, com divulgação nos jornais, em noticiário e apresentações de TV e em programa de rádio (vídeo, 2014 e notícia, 2014).

Totens do Mapa Cultural instalados nos bairros. Fonte: SECID, 2014



O Mapa é um elemento mediador ao mesmo tempo que abre várias possibilidades de apropriação – reais e imaginárias ou conceituais. Se, por um lado, ele efetivamente pode ajudar a uma orientação no espaço concreto (e um espaço que na cartografia oficial nem sequer está ainda completamente representado), ele estabelece também, simbolicamente, a referida integração urbana na cidade para além dele. O Mapa não constitui um fim mas deve ser um meio que poderá servir de base e estímulo para outras cartografias, que resgatem a construção dos lugares e mostrem os processos cronológicos desenhados a partir da memória oral dos mais velhos (o lugar das fábricas, do matadouro, as primeiras ocupações, a transformação da paisagem e a conquista do território pelos aterros contínuos, a intervenção governamental dos anos 1980 com o Programa Promorar). Tal como o processo de concepção, que foi colaborativo, encaramos o Mapa como um recurso que pode ser reapropriado e atualizado de várias formas pela comunidade, como, por exemplo, na elaboração dos calendários festivos do bairro (carnaval, festivais de bumba meu boi, festas do divino, etc.) que podem ser também incluídos nas programações oficiais das Secretarias de Cultura e divulgação em toda a cidade.

Ele fortalece indiretamente o tecido organizativo dos bairros e ainda integra a materialização das intervenções físicas do programa PAC Rio Anil, apresentando o território transformado, mas sempre com a predominância do ponto de vista das vivências ou das relações sociais e manifestações culturais.

O Mapa não é um espaço nem o pretende determinar, ele apenas comunica que esse espaço existe de determinada forma, para além dos discursos de violência e dos estereótipos associados ao lugar. Assim, pela capacidade de iniciar objetivamente a transformação social, ele constitui uma forma de agenciamento em um sentido político (Kapp e Baltazar, 2010: p. 139), sendo um exemplo de recusa de determinação. Nesse sentido, a sua materialização pretendeu ultrapassar o caráter “doutrinário” da participação e estimular uma continuidade pela via da autonomia, diferente da participação que muitas vezes captura as “motivações humanas potencialmente subversivas como a solidariedade, a cooperação ou a revolta”, e das práticas de participação em sentido lato, que “tendem a subtrair ou anular a densidade e a textura do indivíduo” (Lopes, Kapp, Baltazar, 2014).

5. Conclusão

Apesar do cenário pouco inspirador de muitos programas de urbanização de favelas, acreditamos que é possível reforçar a autonomia dos habitantes, num jogo delicado sim, onde a criatividade dos técnicos gestores é essencial para poder identificar as brechas, os lugares onde é possível e interessante operar. Esse jogo pressupõe um compromisso dinâmico, sendo o Mapa Cultural apresentado aqui um pequeno mas honesto exemplo de uma possível forma de agenciamento político que promova a emancipação.

O seu principal interesse está na forma como conseguiu sintetizar as características mais gregárias e expressivas do território, onde encontramos um grupo social heterogêneo mas que apresenta afinidades identificáveis partilhadas pela história comum e pela relação concreta com o lugar. O seu trunfo é apresentar as atividades e os sujeitos concretos, reforçando a essência cultural daquele território *em processo* de urbanização, cuja especificidade o Mapa nos ajudou a compreender, sobretudo quando muitos programas de intervenção tratam beneficiários de forma abstrata, tanto por vícios inerentes ao próprio processo projetual ou de gestão como também porque a pobreza urbana, pressionada pelos processos de uniformização, vai dissipando a sua identidade.

Referências

- Aires, J. e Bragança, D. 2009. “Giovanni Gallo e o Museu do Marajó”, in *Revista PZZ, Arte, Educação e Cultura* nº11, ano IV, 24-81.
- Arantes, P e Fix, M. 2009. Minha Casa Minha Vida: o pacote habitacional Lula. *Correio da Cidadania*, disponível em http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3580:pcthabitacional310709&catid=66:pacote-habitacional&Itemid=171, [acesso 4 de dezembro de 2014]
- Almeida, A. 2006. *Os quilombolas e a base de lançamento de Alcântara. Laudo antropológico volume I*, Brasília, Edições IBAMA.
- Baltazar, A. e Kapp, S. 2010. *Against determination, beyond mediation*. Florian Kossak, Doina Petrescu, Tatjana Schneider, Renata Tyszcuk, Stephen Walker. (Org.). Agency: working with uncertain architecture. Abingdon: Routledge.
- Bertoldo, Joberval. 2014. Depoimento aos autores,
- Braga, Y. 2011. *Território étnico: conflitos territoriais em Alcântara, Maranhão*. Dissertação apresentada ao PPGPUR da Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, SP: UNIVAP.
- Burnett, F. 2009. As cidades brasileiras e a desigualdade socio-espacial *Revista Em Pauta*, vol. 6, nº24, 99-112.
- Burnett, F. e Silva, J. O espaço da ciência e da técnica na urbanização de assentamentos precários: uma análise da gestão do PAC Rio Anil em São Luís, Maranhão” in Denaldi, Rosana [et al] (org.). *Anais do I Urbfavelas, Seminário Nacional Sobre Urbanização de Favelas*, São Bernardo do Campo, SP: UFABC, 2014
- Brasil. Trabalho Social em Programas e Projetos de Habitação de Interesse Social. Brasília: Ministério das Cidades, 2010.
- Champagne, Patrick. “A visão do Estado” in Bourdieu, Pierre (org.). *A miséria do mundo* (trad. Mateus Soares Azevedo [et al]) Petrópolis: Vozes 2003
- Denaldi, Rosana [et al] (org.). *Anais do I Urbfavelas, Seminário Nacional Sobre Urbanização de Favelas*, São Bernardo do Campo, SP: UFABC, 2014
- Ghione, R. A cidade como deveria ser: as gravuras de Terciano Torres retratam centros históricos de cidades brasileiras. *Vitruvius*, disponível em

<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/14.164/5087>, [acesso 20 de novembro de 2014]

Gullar, F. 1976 *Poema Sujo*

Lopes, J. Kapp, S. e Baltazar, A. 2014 Por partes: o novo fundamentalismo participacionista nos programas de moradia para os pobres – *no prelo*

Notícia, 2014, “Governo lança Mapa Cultural das Comunidades do Rio Anil”, *O Imparcial*, de 18.01.2014

Notícia, 2012 “A ilha quer mobilidade” *Revista Construir NE*, abril/maio ano XIII, 62, 66-70.

Pinheiro, S. 2013. *Palafitas serão apartamentos. Concepções, mecanismos e limites da participação popular no PAC Rio Anil, no Bairro da Liberdade*, São Luís, Maranhão. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

Rolnik, R. e Nakano, K. 2009. As armadilhas do pacote habitacional. *Le Monde Diplomatique*, São Paulo, n. 20, 4-5.

Silva, R. 2010. *PAC Rio Anil: Análise da Implementação do Programa*. São Luís: EDUFMA.

Sousa, C. 2006. *A Cidade em Foco: Imagens Visuais e Escritos das Condições Urbanas de São Luís na Primeira República*. Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Estadual do Maranhão. São Luís: UEMA

Souza, B. 2005. *Caracterização de indicadores socio-ambientais na bacia do Rio Anil, em São Luís – MA, como subsídio à análise econômico-ambiental do processo de desenvolvimento*. Tese de doutorado em Geociências. Niterói: UFF.

Souza, M. 2001. *Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos*.

Vídeo. 2014. Lançamento do mapa cultural, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Er9tYHQ03uk>, [acesso 20 de novembro de 2014]